



EM BREVE AQUI — ENTRE MAPAS E DECALQUES: A CARTOGRAFIA COMO MÉTODO DE PESQUISA INDISCIPLINADA

EM BREVE AQUI — BETWEEN MAPS AND TRACINGS: THE CARTOGRAPHY AS UNDISCIPLINED RESEARCH METHOD

Mariana de Moura Cruz*, Mariana Bubantz Fantecelle*

Resumo

O presente artigo pretende examinar a experiência da frente de ação *Em Breve Aqui* (EBA), projeto de extensão do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, vinculado ao CNPQ e sediado na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. O *Em Breve Aqui* (EBA) é uma plataforma digital colaborativa que serviu como base para levantamento e registro dos vazios urbanos em Belo Horizonte. O mapeamento, realizado de forma coletiva, contou com a contribuição de colaboradores diversos desde o segundo semestre de 2014. Pretendemos aqui analisar criticamente os últimos dois anos do projeto, abarcando o método cartográfico como processo de pesquisa e de ativismo; as discussões conceituais sobre o vazio e a produção do espaço urbano que o mapeamento suscitou e, principalmente, os processos de resistência positiva constituídos em redes a partir do seu surgimento.

Palavras-chave: cartografia; vazios urbanos; mapeamento coletivo.

Abstract

This article examines the experience of the project *Em Breve Aqui* (EBA) as part of the work developed by Research Group Indisciplinar, based in the School of Architecture of the Federal University of Minas Gerais. *Em Breve Aqui* (EBA) is a collaborative digital platform that served as a basis for survey and registration of urban voids in Belo Horizonte. The mapping, carried out collectively, received contribution from several collaborators starting in the second semester of 2014. We intend here to critically analyze the last two years of the project, covering the cartographic method as a process of research and activism; the conceptual discussions about the voids and the production of urban space that mapping raised, and mainly the positive resistance processes constituted in networks starting from its constitution.

Keywords: cartography; urban voids; collective mapping.

Introdução

“Não existem terrenos vazios disponíveis na região central de Belo Horizonte”. Tal constatação é reafirmada exaustivamente pelo poder público, e usada com frequência como justificativa para investimentos em grandes projetos que ora se estendem por novos eixos de expansão, ora seguem a dinâmica de *desapropriação-demolição-reconstrução* em áreas já consolidadas. A ausência de terrenos disponíveis é também, particularmente, o argumento utilizado pelos representantes do Estado para justificar a escolha de lotes periféricos para a construção de habitações de interesse social, especialmente no contexto do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), reforçando práticas de exclusão sócio-espacial que “empurram” a população de baixa renda para áreas afastadas e carentes de infraestrutura.

Foi essa mesma afirmação, repetida durante uma mesa de negociação das Ocupações do Izidora [1] no segundo semestre de 2014, que motivou a criação do Em Breve Aqui (EBA), projeto que procurou identificar e registrar os vazios urbanos em Belo Horizonte, desde lotes e terrenos vagos até construções abandonadas e áreas residuais. O objetivo inicial do projeto era comprovar a existência de terrenos e imóveis bem inseridos na malha urbana da cidade, por meio do registro georreferenciado dos vazios levantados. O mapeamento permitia desmontar o discurso vigente da escassez e provar que parte da demanda por habitação de interesse social poderia ser suprida por meio do estoque imobiliário das regiões centrais.

O presente artigo pretende, portanto, examinar a experiência do Em Breve Aqui (EBA), analisando criticamente os últimos dois anos do projeto, abarcando o método cartográfico como processo de pesquisa e de ativismo, e as discussões conceituais sobre o vazio e a produção do espaço urbano que o mapeamento suscitou, em especial os processos de resistência positiva constituídos em redes a partir do seu surgimento.

O mapeamento, realizado de forma coletiva, contou com a contribuição de colaboradores diversos, por meio de três eixos de ação principais: disciplinas ministradas por pesquisadores do Indisciplinar e professores parceiros; o workshop de trabalho #EmBreveAqui, realizado em Julho de 2015; e, finalmente, por meio da sobreposição do vazios urbanos com diferentes lutas territoriais, atravessamentos estes que surgiram a partir de outras frentes de ação do Indisciplinar, compreendendo os vazios em recortes territoriais e conceituais específicos para demandas próprias de cada frente.

[1] Naquele momento, reuniam-se representantes do Estado, do Ministério Público e das Ocupações juntamente a integrantes dos Movimentos Sociais, professores e pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC MG) para discutir soluções e apontamentos frente à primeira ordem de despejo recebida pelos moradores das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória.

O método indisciplinar de cartografar

O grupo de investigação Indisciplinar foi criado em 2013 na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais com o intuito de estabelecer novas formas de estudar, pesquisar e atuar frente às disputas e conflitos urbanos emergentes, resultantes das práticas cada vez mais neoliberais de produção do espaço. Apostando no papel ativista que o investigador pode e deve exercitar, o grupo procurou desenvolver ações investigativas pautadas nos princípios cartográficos lançados por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995).

A cartografia no pensamento deleuze-guattariano se apresenta como um dos princípios do rizoma. Os rizomas são sistemas de pluralidades, que se reúnem sem unificar e que se conectam com vários outros, capazes de ligar em rede “atos muito diversos, linguísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais, cogitativos” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15). Esses sistemas poderiam ser quebrados em qualquer ponto, se decompondo e recompondo em várias de suas linhas, e não seguiriam assim nenhuma prescrição ou sistema estrutural premeditado. Finalmente, e, sobretudo, de acordo com o princípio da cartografia, o rizoma é mapa, “inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” e não decalque, “reprodutíveis ao infinito” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21).

A transversalidade que constitui o saber rizomático aponta para o método cartográfico, em que a análise de uma determinada realidade passa pelo movimento usual de observação e descrição, atravessadas ao mesmo tempo pela intervenção e criação de novas subjetividades a partir do pesquisador (PASSOS, BARROS, 2009). Assim, toda pesquisa passa a ser também intervenção, pautada “no acompanhamento de processos, e não na representação de objetos” (BARROS, KASTRUP, 2009, p. 53)

A cartografia se caracteriza, portanto, como uma investigação processual, que não pretende representar a realidade, mas, sim, acompanhar ações em curso, mapeando processos a partir das subjetividades em jogo e das temporalidades dos encontros, compondo, assim, uma camada potente de uma realidade a ser apresentada. É um trabalho que “não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas”, mas que nem por isso incorre em uma ação sem direção (PASSOS; BARROS, 2009).

Afinado com estes conceitos, o método indisciplinar parte da não distinção entre o sujeito do conhecimento – *pesquisador* – e o objeto de

análise, separação usual nos processos acadêmicos dentro do método científico tradicionalmente positivista.

Defender que toda pesquisa é intervenção exige do cartógrafo um mergulho no plano da experiência, lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscentes prévios à relação que os liga.

(PASSOS, BARROS, 2009, p. 30)

Assim, o grupo vem criando, ao longo dos últimos três anos, dispositivos de copesquisa ativista que permitam sua atuação estratégica em rede. Seus pesquisadores se posicionam, desde o princípio, como atores implicados nas redes e nos processos que acompanham, atuando “no ponto cego das lutas, entre as resistências locais e o poder público que detém as informações complexas, inseridas na macropolítica das questões urbanas” (RENA et al, 2016, p. 2).

As atividades se dividem a partir de quatro eixos principais: espacial/territorial; temporal; conceitual/informacional e comunicacional. Assim as análises empreendidas pelo Indisciplinar se desdobraram em mapeamentos digitais, criações de linhas do tempo e criação de redes para cada um dos vários processos acompanhados, priorizando sempre a utilização de softwares, programas e ferramentas de produção colaborativa (RENA et al, 2016). Esses produtos se atravessam e se complementam, criando novas formas de produção acadêmica que dão o tom da produção indisciplinar.

Construindo e desconstruindo o conceito de vazios urbanos

É Foucault (1977) que nos diz que para construir uma “história dos espaços” é preciso construir também uma “história dos poderes”. À medida que nos debruçávamos sobre os vazios como elemento de análise espacial, percebíamos que a delimitação de seu conceito e da sua história estava constantemente relacionada às relações políticas que a cada momento eram levantadas. Os vazios, assim como os espaços foucaultianos, foram se contruindo e se descontruindo “desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas” (FOUCAULT, 1977 *apud* DEFERT, 2013, p. 50).

[2] A palavra francesa *friche* designava originalmente áreas não cultiváveis, ou terras que não tinham utilidade para a produção agrícola. O termo foi emprestado posteriormente para designar áreas que perderam utilidade, sendo caracterizada de diversas maneiras: *friches* industriais, *friches* comerciais e *friches* urbanos, por exemplo. Já o termo *derelict* tem como significado aquilo que é abandonado pela sociedade, com conotação negativa, associado à negligência e à delinquência.

As discussões conceituais sobre vazios urbanos no Em Breve Aqui tiveram como ponto de partida o trabalho de três autores: Kevin Lynch (1990); Igansí Solà-Morales (1995) e Andrea Borde (2006). A partir da análise de tais obras as discussões cresceram e se desdobraram, com contribuições de cada pesquisador e de todos os envolvidos, principalmente durante a realização do workshop #EmBreveAqui. O referencial teórico apresentado aqui, somado às discussões supracitadas, resultaram nas categorias de vazios utilizadas pela plataforma, bem como auxiliaram na criação do questionário.

Datam do final dos anos 1970 as primeiras discussões acadêmicas acerca das áreas ociosas, grandes extensões de área urbana, equipadas, que permaneciam subutilizadas, com grande concentração de lotes vagos (VILLAÇA, 1983). Essas reflexões surgem a partir de inventários produzidos na França (1979) e na Inglaterra (1982), que compreendiam o levantamento das *friches industrielles* e das *derelict lands* respectivamente [2] (BORDE, 2006).

Com a crise do sistema produtivo europeu, percebe-se o aumento de terrenos “tornados” vacantes, grandes áreas industriais abandonadas e elementos de infraestrutura tais como zonas portuárias obsoletas e linhas férreas desativadas. Esses espaços são caracterizados como áreas desfuncionalizadas, que perderam suas funções com as mudanças no modelo capitalista e para as quais não se divisava novos usos. Na medida em que esses espaços se propagam pelo tecido urbano, surge a necessidade de nomear o fenômeno (BORDE, 2006). Assim, o estudo das áreas vacantes avança e aumentam as expressões e os termos criados para designar as diferentes configurações de vazios identificados no território: *baldíos*, *vides urbaines*, *blight areas*, *brownfields*, *friche urbaine*, *vacant land*, *derelict area*, *lost spaces*, *junkspace*, *vazios viários*...

Um estudo importante nesse sentido foi iniciado pelo urbanista americano Kevin Lynch (1990 [1984]). Embora não os trate diretamente como vazios, o texto é uma leitura cuidadosa dos diferentes tipos de “espaços-desperdícios” que podemos presenciar nas áreas urbanas. O autor aborda desde o desperdício diário das nossas atividades normais – comer, se banhar, e mesmo morrer – até os desperdícios “maiores” da terra abandonada e da decadência urbana. Por meio da identificação dos diferentes processos que desencadeiam esse declínio, e da análise histórica dos mesmos, Lynch caracteriza os espaços desperdiçados, e é ponto de partida fundamental porque aborda questões espaciais de maneira tangível, territorializável.

Embora já existisse uma discussão incipiente sobre tais espaços, o conceito contemporâneo de *Vazios Urbano* realmente passa a ganhar força a partir de 1995, quando a expressão é cunhada no ensaio intitulado *Terrain Vague*, do arquiteto catalão Ignasi de Solà-Morales. É a partir desse momento que o conceito se expande, superando o seu caráter espacial-residual e passando a incorporar aspectos de ordem estética, para em seguida também incorporar aqueles de ordem social, econômica e política. O uso intencional da expressão em francês, que não deveria ser traduzida, se deve à etimologia das palavras *terrain* e *vague*, que de acordo com Solà-Morales possuíam uma riqueza de significados e significâncias que se perdiam em outros idiomas.

Solà-Morales aborda a vacância urbana por meio da fotografia, considerando que a percepção que temos da arquitetura está fortemente ligada à uma leitura estética do espaço, reelaborada pelas técnicas fotográficas. A partir do final da década de 1970, os espaços abandonados e vazios passaram a se tornar, aos poucos, o ponto focal da fotografia urbana, “pontos de atenção, na mais solvente indicação de ser capazes de se referirem à cidade, para indicar com imagens o que as cidades são, e as experiências que temos delas (SOLÀ-MORALES, 1995, p. 125, trad. nossa). Assim, os *terrain vagues*, segundo o autor, deveriam conformar uma categoria de análise urbana, por sua relevância na leitura espacial.

Percebemos uma positividade e uma característica expectante no *terrain vague* de Solà-Morales que se contrapõe a uma conotação mais negativa do *wasteland* de Lynch. Nenhum dos autores aborda, contudo, como as dimensões políticas e econômicas das cidades constituem fatores importantes na conformação e por vezes na manutenção desses espaços vazios. As análises permanecem focadas no “depois”, muito mais do que no “antes”, inculcando ao processo de formação dos vazios um viés natural, uma ocorrência esperada da dinâmica urbana.

O trabalho de Andrea Borde (2006) possibilita uma ruptura nessa conotação ocasionalista dos vazios, ao analisá-los como consequências de intervenções urbanas específicas ou grandes projetos (vazio projetual), além das abordagens mais conhecidas de vazios como resultados das alterações de funções urbanas de determinadas áreas (vazio estrutural) ou de circunstâncias não-espaciais específicas (vazio conjuntural). Todos esses três vazios conformariam o que a autora denomina como “processo de formação do vazio esvaziado” (BORDE, 2006, p. 12). Por meio de pesquisa abrangente dos tipos de vazios existentes, seguida de um estudo focado principalmente nos vazios projetuais resultados de grandes projetos urbanísticos, a autora nos mostra como esses espaços são produzidos e reproduzidos em

um processo constante de *desfuncionalizações*, *refuncionalizações*, *desafetações* e *reefetações*.

O que tentamos explorar no EBA, a partir desses autores, é uma concepção expandida para a definição de vazios urbanos que pudesse abranger os diferentes contextos a partir dos quais tal análise pode ser empreendida. A partir das contribuições dos pesquisadores participantes intentamos avançar na construção de um pensamento que auxiliasse no entendimento de como esses vazios são produzidos atualmente nas cidades contemporâneas, e quais são os sujeitos envolvidos no processo.

De vazios urbanos ao “Em Breve Aqui”

No momento inicial do projeto, ainda no primeiro semestre de 2014, a concepção de vazios urbanos era construída a partir de uma disputa territorial travada no seio do planejamento urbano institucional, envolvendo órgão municipais e construtoras (além, é claro, dos movimentos sociais organizados). Esse cenário determinou a forma com que as primeiras análises foram feitas, considerando os vazios urbanos de acordo com a legislação urbana vigente (Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo e Estatuto das Cidades).

O software escolhido para acolher a plataforma foi o Crowdmap (Ushahidi), programa normalmente utilizado para os mapeamentos coletivos do Indisciplinar por possuir código aberto e produção não corporativa. A primeira plataforma, ainda chamada de “Vazios”, foi lançada junto a uma disciplina ministrada na Escola de Arquitetura. Nela os alunos levantaram edificações abandonadas, terrenos baldios e construções subutilizadas no Hipercentro de Belo Horizonte, que poderiam ser transformadas, adaptadas ou utilizadas para construção

Img. 1 Primeira plataforma utilizada pelos alunos – vazios [3]

[3] Foto de autoria do Grupo de Pesquisa Indisciplinar.



de habitações de interesse social. Era necessário identificar os terrenos e edifícios que se encontravam sem uso e a partir daí propor intervenções ou novos projetos para os espaços. Esses projetos, por sua vez, seriam levados às mesas de negociações futuras para comprovar a possibilidade de se repensar a provisão habitacional para as classes mais baixas, fora do modelo centrífugo e excludente que hoje é padrão.

Os imóveis identificados como *vazios* se referiam àqueles que se encontravam desocupados, aos lotes vagos ou a construções abandonadas, sem uso comprovado há mais de seis meses, e sem indicação de usos futuros (não eram mapeados, assim, imóveis vazios com sinalização de aluga-se ou vende-se). Para estabelecer/comprovar esse marco temporal os alunos se utilizavam da pesquisa cartorial (quando possível), da observação local e do relato dos vizinhos no entorno.

Do mesmo modo foram identificados os imóveis *subutilizados*. As edificações categorizadas como parcialmente vazias ou subutilizadas se valeram das determinações da legislação municipal. Assim, quando a área total edificada e/ou utilizada era inferior a 15% do potencial construtivo do terreno, a construção era considerada subutilizada, e o relato de sua situação era registrado na plataforma.

Embora a observação e os relatos dos vizinhos não fosse suficiente para comprovar o tempo de abandono dos imóveis ou sua real subutilização, os relatos já serviam como um novo marco temporal a ser acompanhado, e o levantamento ajudava a desmontar o discurso de que não haviam possibilidades de novas construções dentro da área central de Belo Horizonte.

A partir do trabalho com a disciplina, surgiram as primeiras correções e ajustes a ser feitos na plataforma. As discussões foram também ampliadas a partir da percepção de que o mapeamento poderia ser mais do que um simples registro de vazios, passando a acolher também novas propostas, se tornando uma ferramenta de resistência positiva, propositiva e constituinte.

Principalmente, era importante que a própria plataforma fosse construída de maneira coletiva, para que abrigasse, de maneira ampla, as diferentes qualidades de vazios a ser identificados e de novos usos a ser propostos. Pensando nisso, foi organizado o workshop #EmBreveAqui (2015), que ajudaria a lançar uma nova plataforma, atualizada, para mapeamento dos vazios urbanos, abrangendo a área de análise e os critérios de identificação.

Img. 2 Plataforma de mapeamento coletivo Em Breve Aqui



O workshop #EmBreveAqui ocorreu no período de 7 a 10 de Julho de 2015, na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFMG). A programação do workshop se dividiu em dois dias de atividades na Escola (com apresentações sobre o vazio em suas múltiplas concepções e também sobre a plataforma Crowdmap), e dois dias de atividade de campo (com levantamento de vazios na área central de Belo Horizonte). Ao final, os participantes se reuniram para discutir correções e modificações nas categorias de vazios propostas, bem como alterações no questionário para garantir melhor funcionalidade da plataforma.

Img. 3 Atividades do workshop #EmBreveAqui



Colaboraram com a organização do workshop professores dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Design, Ciências do Estado e Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), assim como dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), do Instituto Metodista Izabela Hendrix e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). O workshop foi aberto à comunidade e contou com a participação de alunos e externos de diversas áreas: geografia, arquitetura, direito, economia, belas artes, educação e outros.

O setor 9 do plano da Operação Urbana Consorciada – Antônio Carlos + Leste-Oeste (OUC ACLO) foi escolhido para mapeamento. A escolha desse recorte específico se justifica pela relação direta entre os vazios urbanos e as áreas de interesse do mercado imobiliário. Em um contexto crescente de transformação da cidade em espaço-mercadoria, a partir do avanço do neoliberalismo e das práticas de financeirização, as áreas vazias se tornam objeto de interesse, na medida em que permitem a expansão do capital financeiro. A partir dos grandes projetos urbanos baseados na lógica das parcerias público-privadas e na criação de títulos mobiliários, os vazios representam o principal potencial construtivo a ser explorado.

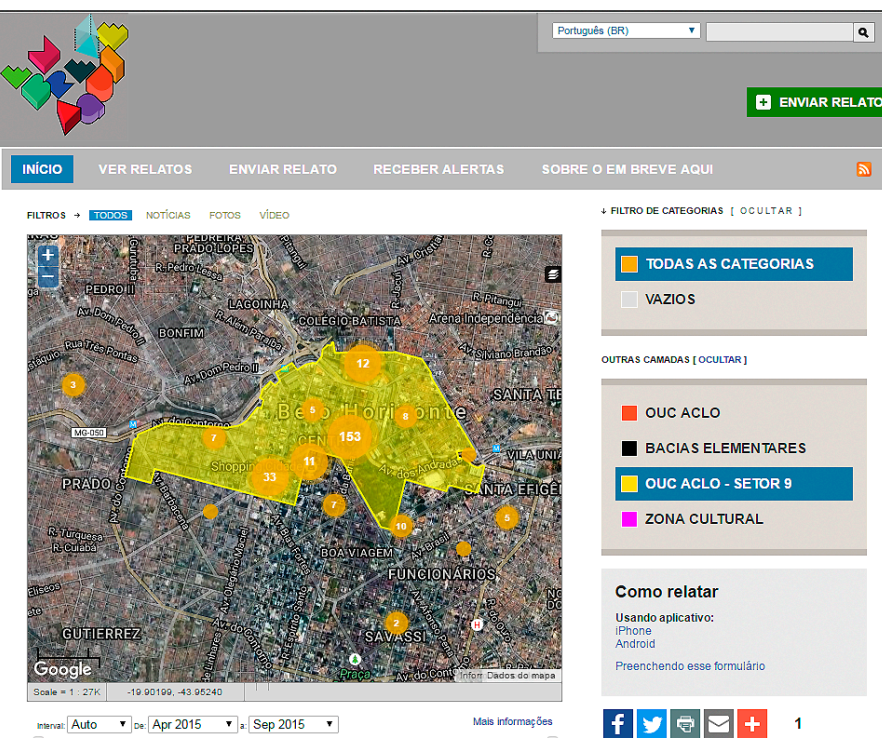
Além disso, a própria lógica de esvaziamento já é parte de um processo de gentrificação anunciado: primeiro o Estado pretere a área esvaziada de qualquer investimento, deixando assim com que o espaço se

desvitalize e se “degenere” pela falta de uso; em seguida o Estado retorna à área desvalorizada e oferece ao mercado a oportunidade de “regenerá-la”, em projetos que normalmente acarretam a gentrificação do espaço.

A oportunidade de trabalhar com um dos principais setores de intervenção da OUC ACLO permitia aos participantes pensar criticamente a respeito dos vazios encontrados, de como eles haviam se esvaziado, e sobre quais conjunturas permaneciam sem uso. O setor 9 da OUC ACLO foi então dividido em 5 áreas menores, que foram distribuídas pelos participantes organizados em grupos, integrados sempre por pelo menos um professor coordenador.

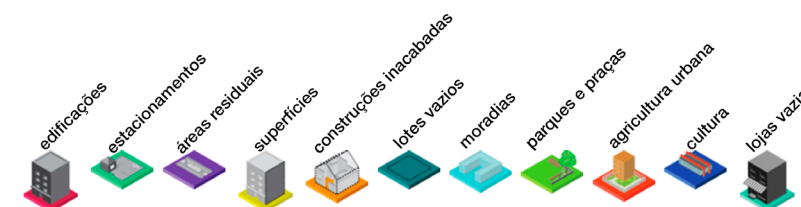
Durante o workshop, a dinâmica de levantamento seguiu o padrão já estabelecido pela disciplina do semestre anterior: um levantamento inicialmente visual, por meio da observação de características que indicassem abandono e degradação, acompanhado de entrevistas a moradores e vizinhos do entorno, complementada com pesquisa cartorial quando possível. A diferença na nova plataforma proposta era a possibilidade de se levantar também “vazios resistências [4]”, e a adição de novas categorias de vazios. Além disso, a plataforma passou a permitir propostas para novos usos nos vazios levantados. O EBA chegou à sua versão final após o workshop, e passou a ser

[4] *Vazios resistências* foi o nome encontrado para registrar aqueles espaços que mesmo vazios ou subutilizados subvertiam a análise normalmente empreendida acerca dos vazios, espaços que de alguma forma resistiam à ordem econômica de aproveitamento máximo e que configuravam espaços de resistência positiva na cidade.



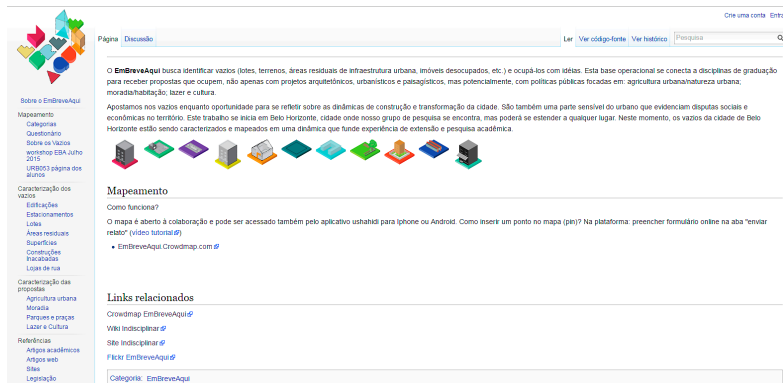
Img. 4 Levantamento workshop #EmBreveAqui - recorte setor 9

Img. 5 Levantamento workshop #EmBreveAqui - recorte setor 9



utilizado em novas disciplinas de graduação desde então. As atividades desenvolvidas em sala de aula, bem como o registro de todas as transformações e alterações do Em Breve Aqui foram registradas em uma Wiki, elaborada a partir da plataforma MediaWiki. A MediaWiki permite a construção de páginas que seguem o mesmo formato já conhecido da wikipedia, possibilitando a construção de conteúdos em conjunto, escritos em PHP e de código aberto, com acesso gratuito.

A Wiki é outra ferramenta de pesquisa utilizada com frequência pelo Indisciplinar. Atrilando a ferramenta de mapeamento territorial tradicional do Crowdmapping a outras ferramentas de registro de informações e de construção de conteúdos, estabelece uma forma



Img. 6 Página principal da wiki Em Breve Aqui

[4] Zona Cultural é a frente de ação do Indisciplinar que investiga a Zona Cultural, região no centro de BH assim denominada pela Fundação Municipal de Cultura. O recorte da Zona abrange uma área de grande relevância histórica na cidade, com muitos imóveis vazios ou subutilizados e em condições de degradação. Movimentos sociais e culturais com um hitórico de atuação no local agora se veem disputando o espaço com o Estado-capital, que voltou seus olhos para a área, até então abandonada, por esta estar inserida no limite da Operação Urbana Consorciada ACLO. Saiba mais sobre a frente Zona Cultural aqui: <http://blog.indisciplinar.com/zona-cultural/>.

[5] PBH Ativos é a frente de ação do Indisciplinar que investiga a empresa PBH Ativos S/A, criada pela Prefeitura de Belo Horizonte com o intuito de alienar e doar à empresa S/A 53 imóveis pertencentes ao município. Nesta junção, esses 53 imóveis foram cartografados no Crowdmapping com o objetivo de tornar pública a localização dos imóveis. Saiba mais sobre essa frente aqui: oucbh.indisciplinar.com/?page_id=1214.

Img. 7 Quadro de categorias de vazios identificados EBA + Zona Cultural

verificados os imóveis identificados como vazios no levantamento de 2006 que ainda hoje continuam sem uso.

Do mesmo modo foram identificados os imóveis (2) *subutilizados*. As edificações categorizadas como parcialmente vazias ou subutilizadas

Categorias de Vazio Identificados – EBA + Zona Cultural				
definições da Lei nº 7.165/1996		definições do mapeamento do EBA (2015) e OUC ACLO (2015)		
(1) Não Utilizado	(2) Subutilizado	(3) Vazio	(4) Parcialmente Vazio	(5) Áreas renováveis
Sem uso comprovado há mais de 5 anos.	Área total edificada inferior a 15% do potencial construtivo - Considerando CA=2,7 na área central 40,5% da área construída.	Sem uso comprovado no momento do levantamento.	Ocupação parcial de imóveis onde mais de 75% da área do imóvel se encontra inutilizada.	As áreas renováveis são aquelas que não atenderam aos critérios determinantes de áreas consolidadas de acordo com o texto da OUC

no levantamento da PRAXIS foram cheçadas durante visitas de campo no mês de outubro/2015 e, comprovada a sua condição de subutilização, eram classificadas.

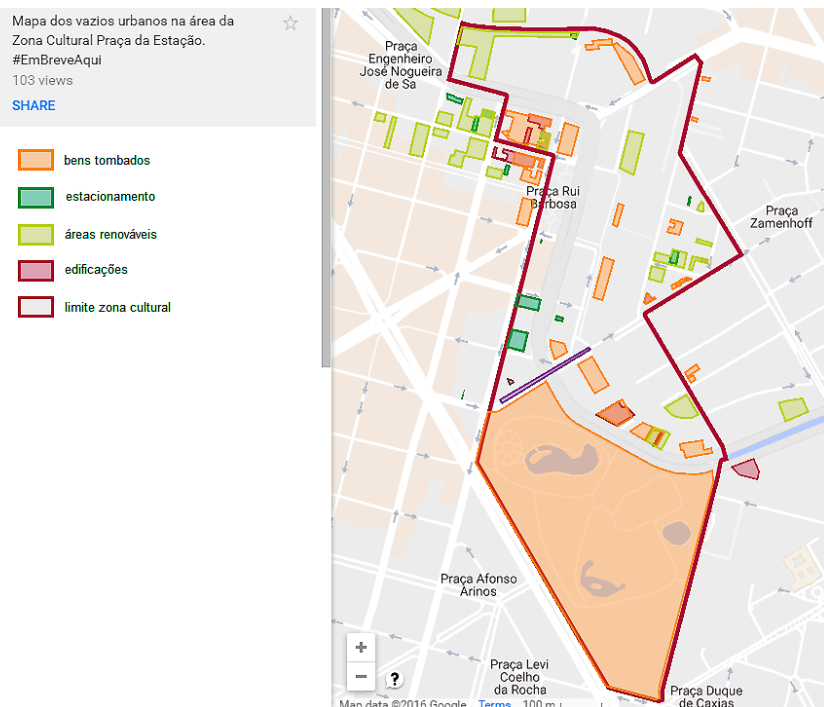
Como se encaixam nas determinações da Lei nº 7.165/1996, e possuem comprovação documentada de vacância por quase 10 anos, tempo superior àquele determinado pela legislação, os imóveis do mapeamento classificados como (1) *não utilizados* e (2) *subutilizados* já seriam passíveis de aplicação dos instrumentos de Parcelamento, Edificação e Uso Compulsórios.

Para os imóveis vagos, desocupados ou abandonados que foram levantados durante o workshop #EmBreveAqui, que não possuíam documentação prévia que comprovasse sua situação de não-utilização ou de sub-utilização, foram criadas as categorias de (3) *vazios* e (4) *parcialmente vazios*. Embora a classificação desses espaços não permita ainda a aplicação de compulsórios, seu levantamento serve como marco temporal documentado para intervenções futuras.

Finalmente, foram acrescentados os imóveis identificados como (5) *áreas renováveis*, seguindo os critérios indicados pelo Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste – Oeste [6], que foram classificados como áreas que não atenderam aos critérios determinantes para áreas consolidadas.

[6] Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=ouc>. Acesso em 12/11/2015.

A apresentação do mapa final foi feita durante reunião do Conselho Deliberativo da Zona Cultural, e o processo de levantamento de dados utilizado pelo Em Breve Aqui também foi explicado. Segundo a conselheira e bolsista do Indisciplinar Marília Pimenta, o mapeamento



Img. 8 Mapa final EBA + Zona Cultural

será usado na elaboração de diretrizes para região até o final de 2016, dando atenção especial para as áreas de especulação, que terão diretrizes específicas. A intenção do Conselho com essas diretrizes é impedir a gentrificação na área.

Finalmente, outra experiência de atravessamento de frentes de ação aconteceu no primeiro semestre de 2016, quando o EBA se juntou à frente PBH Ativos para fazer o mapeamento de imóveis do município transferidos à empresa PBH Ativos S/A por meio da lei nº 10.699/2014. A construção deste mapa não foi colaborativa porque os pontos que se desejava mapear já eram conhecidos, e constavam no anexo da referida lei.

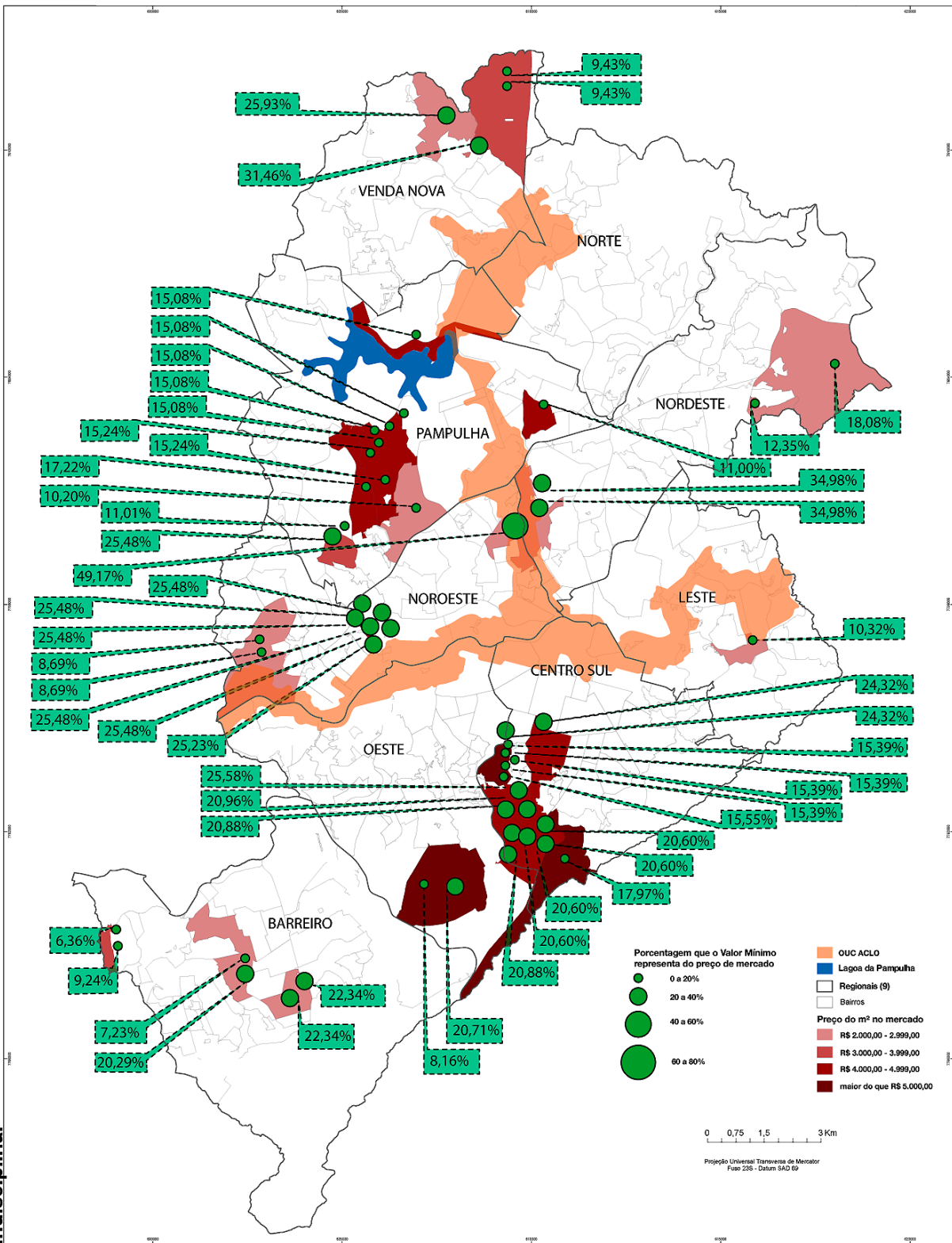
Para o mapeamento EBA + PBH ATIVOS na plataforma Crowdmap foi necessário usar o sistema online Consultas a Plantas de Parcelamento do Solo (CP) da Prefeitura de Belo Horizonte, uma vez que no anexo da

lei onde constam os imóveis constavam apenas os logradouros. Pelo sistema de consultas da prefeitura foi possível descobrir a quadra e o lote dos imóveis. Assim, foi possível apontar no território sua exata localização, bem como informações sobre área e valor mínimo, que constam no anexo.

Depois do mapeamento dos imóveis, foram levantadas informações sobre o valor do metro quadrado no mercado a fim de comparar o valor do imóvel no mercado com o valor que seria transferido à PBH Ativos com a alienação dos imóveis. Para esse cálculo foram usados os valores do m² dos bairros em que se localizam, segundo o índice FIPE ZAP. O cálculo foi realizado com base no preço do m² de levantamento realizado em março de 2016, e a partir dos dados anteriormente descritos, foi realizado o cálculo percentual que o valor venal

Img. 9 Mapeamento EBA + PBH ativos

mapa (iii): porcentagem que o valor mínimo representa do preço de mercado



Img. 10 Mapeamento EBA + PBH Ativos: porcentagem que o valor mínimo representa do preço de mercado

representava em comparação ao valor de mercado de cada logradouro. Como o Crowdmap não permite a visualização da localização dos imóveis e as informações dos relatos ao mesmo tempo – é necessário abrir a página de cada relato, vendo um caso por vez –, optou-se pela elaboração de outros mapas que mostrassem as informações de todos os imóveis em um só tempo.

Do mapa ao decalque: sistematizando processos em forma de dados

Assim como a cartografia deleuze-guattariana, os levantamentos do Em Breve Aqui ocorreram sempre de maneira aberta e processual, em constante transformação. Mas como afirmam Deleuze e Guattari, não existe essa dualidade estática entre o aberto e o fechado, entre o mapa e o decalque.

Entretanto será que nós não restauramos um simples dualismo opondo os mapas aos decalques, como um bom e um mau lado? Não é próprio do mapa poder ser decalcado? Não é próprio de um rizoma cruzar as raízes, confundir-se às vezes com elas? Um mapa não comporta fenômenos de redundância que já são como que seus próprios decalques?

(DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22)

Os mapas processuais que se transformavam e se expandiam em alguns momentos também se congelavam, se contraíam, e essa experiência de transitar entre o mapa e o decalque, nesses últimos dois anos, implicou em algumas questões técnicas que merecem ser abordadas.

O uso do Crowdmap para o mapeamento dos vazios se justifica por ser uma plataforma online, colaborativa, aberta e permanentemente disponível, que continua sendo consultada e alimentada com novas informações. Para cada ocorrência verificada, o colaborador responde um relatório e aponta num mapa-base sua localização, que fica associada às coordenadas de latitude e longitude. Assim, no mapa EmBreveAqui, cada vazio identificado contém um relatório com informações sobre o vazio, e que *deveria* estar associado à sua localização.

“Deveria” porque um problema observado no mapeamento do EBA foi a ocorrência de relatórios incompletos, com endereços errados ou em que o colaborador deixou de marcar no mapa a localização do vazio, dificultando ou impossibilitando sua identificação. A origem deste problema talvez esteja na pouca familiaridade dos usuários com a interface e procedimentos do aplicativo. Apesar de ter sido

REFERÊNCIAS

- BORDE, A. **Vazios Urbanos**: Perspectivas Contemporâneas. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.
- DEFERT, D. Heterotopia: Tribulações de um conceito entre Veneza, Berlim e Los Angeles. In: FOUCAULT, M (1926-1984). **O corpo utópico**: as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013. p. 33 - 55.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: rizoma. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, v. 1, cap. 1, p. 11-37.
- FOUCAULT, M. L'oeil du pouvoir. In BENTHAM J. **Le Panoptique**. Paris: Belfond, 1977 (facsimile da edição francesa de 1791).
- FOUCAULT, M. Des espaces autres, hétérotopies [1967]. **Architecture, Mouvement, Continuité**, n. 5, 1984, p. 46-49.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Multitude**. Penguin Press: USA, 2004.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Commonwealth**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2011
- KASTRUP, V. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa - intervenção. In: CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. (Orgs.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008, p. 465-489.
- LYNCH, K. The waste of places in places [1984]. **Forum of Design for the Public Realm**, vol. 6, n. 2, University of California, Berkeley, 1990.
- ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, vol. 21, n. 2, maio/agosto 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822009000200003&script=sci_arttext. Acesso em 09/05/2016.
- SOLÀ-MORALES, I. **Terrain vague. Anyplace**. Cambridge, Mass.: 1995. P. 118-123.
- SOLÀ-MORALES, I. **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.

* **Mariana Moura** possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009) e mestrado em Regeneração Urbana pela École Nationale de Architecture de Paris La Villette (2013). Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, e seu trabalho se foca na potência de produção do comum por meio dos vazios urbanos.

* **Mariana Bubantz** é graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi bolsista de extensão na capacitação de técnicos de prefeituras mineiras em softwares livres de geoprocessamento. Atualmente é bolsista do Grupo de Pesquisa Indisciplinar, no projeto "Compartilhamento e Distribuição do Comum". Interessa-se por urbanismo, conhecimento livre, tecnopolíticas e redes digitais.